

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

## **OS DISSENSOS EM TORNO DE UM NOME: A DEMOCRACIA PARA ALÉM DE UM REGIME POLÍTICO REPRESENTATIVO (CEARÁ, 1945 – 1946)**

Cintya Chaves  
Universidade Federal do Ceará – UFC  
cintyachaves2@gmail.com

### **Introdução**

Refletir sobre a historicidade da democracia é um dos temas mais urgentes diante das crises políticas e sociais globais em que vivemos. Diferentemente do Brasil de 2021 em que percebemos o retrocesso de conquistas democráticas, o Brasil de 1945 experienciava o movimento contrário: Tudo era em nome da democracia e pela democracia. Lidar com a mudança que a abertura política apontava era um desafio que não estava naturalizado e era disputado por diferentes grupos.

No desenrolar das especulações sobre o futuro das eleições, da censura, dos partidos e presos políticos, do analfabetismo, da fome e da pobreza, o desvio da rota que se trilhava adquiriu maior substância quando ocorreram as eleições presidenciais de 2 de dezembro de 1945.

Não obstante as limitações como a cassação do partido comunista em 1947, as constantes fraudes eleitorais devido à falta de cédulas oficiais para a população votar e à interdição dos analfabetos nos sufrágios do período, não podemos minimizar que a participação política ocorreu consideravelmente, como já apontou José Murilo de Carvalho (2002).

Como candidatos à presidência, a população “alfabetizada” brasileira podia escolher entre o general Eurico Gaspar Dutra (Partido Social Democrático), o brigadeiro Eduardo Gomes (União Democrática Nacional), Yeddo Fiuza (Partido Comunista Brasileiro) e Mário Rolim Teles (Partido Agrário Nacional). O vitorioso das eleições foi general Eurico Gaspar Dutra, mas não no Ceará. Apesar de todos os candidatos receberem votos no estado, a disputa mais acirrada esteve entre o general Dutra e o brigadeiro Gomes. O segundo ganhou com 164.682 votos, enquanto o primeiro obteve 108.363 votos. O interessante é que no Nordeste, Eduardo Gomes só obteve vitória no Piauí, na Paraíba e no Ceará.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Conforme os dados estatísticos do Tribunal Superior Eleitoral<sup>1</sup> (TSE), no Ceará foram às urnas 291.739 eleitores de uma população de pouco mais de 2 milhões. Isso se deve ao fato de que nos anos de 1940 só sabiam ler e escrever cerca de 220.337 homens e 203.012 mulheres. Contudo, convém observar que o censo foi elaborado contabilizando pessoas a partir dos 10 anos. Acima de tudo, o que fica claro é que aproximadamente 80% da população era analfabeta em todo o estado, não participando, portanto, das eleições.<sup>2</sup>

Os dados eleitorais ainda indicam a força da União Democrática Cearense (UDC) conseguindo eleger, em 1946, onze (11) deputados, contra cinco (5) do Partido Social Democrático local.

No Ceará, os situacionistas foram liderados pelo então interventor Francisco Menezes Pimentel, eleito pela Liga Eleitoral Católica, partido católico em 1935. Já a oposição tinha em Fernandes Távora, Paulo Sarasate, Edgar de Arruda e Plínio Pompeu uma referência de liderança. Estes últimos integraram o partido da União Democrática Nacional (UDN), seção Ceará. Assim, o que o movimento da opinião pública (BECKER, 2003) cearense nos diz sobre a gama dos sentidos e o funcionamento dos discursos em torno na noção de democracia?

Sabemos que o processo que desencadeou a “democratização de 1945” foi perpassado por contradições que podem ser percebidas através do “Queremismo”, movimento político que, a partir de maio de 1945 se posicionou a favor da permanência de Vargas no poder (FERREIRA, 2003), e o antigetulismo (BENEVIDES, 1981). Deste modo, alguns estudos sobre a abertura política de 1945, privilegiam compreender o período sob lógicas de permanência, de rupturas ou da permanência na ruptura, em relação ao regime anterior.

Não obstante, nosso interesse consiste em compreender como diferentes grupos sociais disputavam a noção de democracia, destacando em especial a atuação de

---

<sup>1</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). **Dados estatísticos: Eleições Federal, Estadual e Municipal, realizadas no Brasil**. Câmara dos Deputados [acervo digital]. Departamento de Imprensa Nacional do Estado do Rio de Janeiro, p. 8-210, 1950. Disponível em: [bd.camara.leg.br > handle > dados\\_estatisticos\\_1945](http://bd.camara.leg.br/handle/dados_estatisticos_1945). Acesso: 12 de mar de 2020.

<sup>2</sup> BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tendências Demográficas: Uma análise da população com base nos resultados dos Censos Demográficos 1940 e 2000**. Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica, número 20, Rio de Janeiro, 2007.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

segmentos partidários (como udenistas, pessedistas, comunistas) assim como de estudantes na formulação de conceito(s) de democracia(s), no Ceará de 1945-1946.

Inspirados na História Conceitual (Begriffsgeschichte), entendemos que as “palavras”/conceitos possuem também temporalidades específicas e que a partir do estudo da semântica e da pragmática é possível mapear experiências, conflitos, interesses e projetos (KOSSELECK, 2012).

Para esta comunicação, analisamos o Jornal *O Povo* (tendência liberal), *O Democrata* (comunista) e a *Gazeta de Notícias* (“getulista”) por expressarem concepções dissonantes de democracia. Todos os impressos são de Fortaleza, sendo *O Povo*, um jornal que circulava não só no Ceará, mas também em Mossoró, no Rio Grande do Norte e algumas cidades do Piauí. Já *O Democrata* e a *Gazeta de Notícias* eram de menor circulação. Atuantes nos processos e constituidores de percepções, os jornais são aqui pensados, “no interior da história social”, como agentes socioculturais e historicamente construídos e não como depositários de informações:

Trata-se de entender a Imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa /sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe. (CRUZ, 2007, p. 258)

Atentamos ainda que os impressos tem como alvo conseguir adeptos à suas ideias e causas, “seja ela empresarial ou política, e os artifícios utilizados para esse fim são múltiplos” (CAPELATO, 1988, p. 15). Ora, os homens não são mudos. E o que eles dizem ou escrevem são uma forma de intervenção social no mundo. Por isso, dependendo do regime político, dizer e escrever poderá ser interdito. No anseio de entender o que se cumpriu, melhor dizendo, o que se institucionalizou, os estudos historiográficos sobre disputas políticas reduzem, muitas vezes, as palavras ao âmbito demagógico, como se elas também não fossem “atos” importantes de serem considerados para o entendimento dos desfechos.

## **O paradoxo da “União Nacional pela democracia”**

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

No início de 1945, tornava-se público a articulação de um movimento que ficou conhecido por “união nacional pela democracia”. A expressão ecoaria, principalmente após a entrevista de José Américo de Almeida ao jornal carioca *Correio da Manhã*, em fevereiro daquele ano. Afinal, o grande aliado de Getúlio Vargas defendia uma democratização sem ele.

No Ceará, o Jornal *O Povo*, de direção de Paulo Sarasate<sup>3</sup>, reproduzia esta entrevista sob o título: “Sensacionais declarações do Sr. José Américo sobre o atual momento político”. Isso se deve, sobretudo, pelo fato de Américo iniciar uma campanha ainda que velada por Eduardo Gomes. Paulo Sarasate, advogado, jornalista e professor era um dos membros do movimento, que em abril de 1945, assumiria feições partidárias sob a sigla da União Democrática Nacional (UDN).

O interessante é que no decorrer desta entrevista José Américo vai deixando muito claro sua compreensão sobre democracia ao afirmar que “não via homens, mas sim soluções para o país”. O ideal, segundo ele, era que as energias dos brasileiros não fossem gastas com a campanha eleitoral, mas sim na resolução dos problemas materiais e políticos do Brasil. O verdadeiro patriotismo consistiria, então, em colocar o bem da “nação” acima dos interesses pessoais:

[...] Sem ter consultado ninguém e apenas como resultado de minhas observações, **conduzo-me nesta hora pela inspiração patriótica com que ao apagar das luzes em 1937 me prontifiquei a renunciar em favor de um terceiro candidato**, procurando deste modo conjurar o golpe de Estado então iminente. O general Eurico Gaspar Dutra e o sr. Batista Luzardo são testemunhas dos passos espontâneos neste sentido. Certo que outros têm ainda mais pronta do que eu a capacidade de renunciar e de abrir mão de vitórias pessoais, quando assim impõe o bem do país, **é que proponho essa indicação capaz de criar a unidade nacional mais instante do que sempre**. Não tenho dúvida de que o nosso candidato anuiria a escolha de um **terceiro**, uma vez afastada a possibilidade da candidatura do Sr. Getúlio Vargas. (ALMEIDA, 1945, p. 14, grifos meus)

Todo o pronunciamento de José Américo foi uma resposta a Vargas, caso ele estivesse cogitando se candidatar. O escritor alertava para o perigo “dos processos eleitorais” serem usados para legitimar os que já ocupavam o poder, nos fornecendo uma

---

<sup>3</sup> Exerceu seus mandatos eletivos como, [...] Deputado Estadual do Ceará (Constituinte), 1935-1937, pelo PSD; Deputado Federal de 1946-1955, CE, UDN; Governador do Ceará de 1955 a 1958.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

dimensão importante de sua concepção. As eleições, assim, não poderia ser um elemento insuspeito da possível abertura democrática que se anunciara. Nem por isso, Américo não as defendiam. Pelo contrário. Mas, vale observar que a união nacional propunha certo paradoxo democrático e que para o autor de a bagaceira, naquele momento, o Brigadeiro Eduardo Gomes era o “melhor” para o Brasil.

O interessante dessa afirmação de “congregar os brasileiros para que as energias não se consumissem e desperdiçassem na campanha eleitoral”, entre tantas outras, é que nos dá uma pista sobre os dilemas em torno da competição eleitoral e do processo democrático do período. Isso fica mais claro ao examinarmos um comentário de Sarasate, um mês depois no impresso cearense:

O problema da sucessão presidencial foi colocado, afinal, em seus precisos termos. Como se impõe de **modo indeclinável nos países de tradição democrática**, dois nomes estão na liça para disputar face a face as preferências da **soberania popular. A ideia de um candidato único, contrária, sob todos os pontos de vista, à arejação do regime, cedeu lugar, [...] ao funcionamento do sistema representativo.** [...] dois eminentes brasileiros se defrontam [...] um deles é o general Eurico Gaspar Dutra, militar honrado e operoso, cujo o prestígio a frente do Ministério de Guerra, indicava-o naturalmente como o fiador da lisura e correção do pleito eleitoral. O outro é o major brigadeiro Eduardo Gomes, herói do **primeiro Cinco de Julho** e nome sobre o qual não foi possível articular, até agora, a mais leve acusação. Contra a primeira candidatura, apesar do respeito devido a honradez do candidato, é de fazer de início, uma restrição ponderável: não surgiu como a primeira, de um movimento espontâneo da opinião pública, mas do próprio seio do oficialismo agonizante. [...] Votando em Eduardo Gomes, portanto, o povo brasileiro, além de sufragar o nome de um compatriota sem jaça, estará proferindo perante a **história** a condenação [...] do consulado getuliano e de quanto oprimiram as liberdades públicas no grande crepúsculo moral em mergulhou o Brasil (SARASATE, 1945, s/p, grifos meus).

Ao abordar sobre a possível candidatura de Getúlio Vargas, o impresso de direção de Sarasate, assumia tom áspero, desumanizador, gerenciando-o apenas como o monstro ditador. Ao se remeter ao general Dutra, certos cuidados foram tomados e apesar de associá-lo ao legado da ditadura em contraposição a Eduardo Gomes, discursado como o verdadeiro candidato comprometido com a democracia, a candidatura de Dutra era garantia de idoneidade no processo eleitoral. O povo, que nada mais era do que os eleitores, tinha nas mãos o poder de condenar para sempre a ditadura diante da História, sendo esta percebida como um tribunal de justiça. Concomitante à distinção que Paulo

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Sarasate tentava pontuar, seu discurso construiu algo em comum entre os dois, afinal ambos “salvavam” o Brasil quando este precisava.

A linha editorial do jornal *O Povo* delineou o conceito de democracia, como sinônimo de representação política, ou seja, de eleição e voto como ponto de chegada. Nas páginas do impresso, as manchetes exaltavam o fato de se poder votar outra vez. Além disso, a democracia era evocada ao lado das liberdades, em especial a liberdade de imprensa, mas ao mesmo tempo, seria o regime que restauraria a ordem.

Já a ditadura foi entendida como um modo de governo que cometia crimes, sobretudo políticos, expressando a desordem. Democracia e ditadura foram tratadas como pares antitéticos, como se isso, por si só, explicasse as diferenças em relação ao que a primeira traria para o Brasil. Tentava-se ainda forjar a mitologia política de que o clima da ordem só poderia ser recuperado pelo ex-tenentista revolucionário dos anos de 1930, que em 1944 alcançara a patente de major-brigadeiro do ar.

Vale ressaltar que alguns fatores corroboraram para um ambiente de prestígio para as forças armadas. Dentre eles, destacam-se a atmosfera da insegurança gerada pelos crimes políticos, a heroicização dos soldados que, mesmo inseridos somente no final do conflito, eram vistos como defensores da nação e a rememoração do movimento de 1930 como revolucionário<sup>4</sup>, em que se exaltou a participação dos tenentes. O entrelaçamento destas condições foi importante para ratificar o lugar do exército diante da sociedade e oferecer subsídios para que, principalmente, alguns intelectuais tentassem fabricar Eduardo Gomes como herói.

Para entender os sentidos de democracia do período é importante relacioná-la com outras palavras/conceitos que apareciam com frequência associadas a ela, compondo, portanto, uma rede semântica. Uma destas é pátria e patriota, presentes no vocabulário político não só José Américo e Paulo Sarasate, mas também de comunistas e “getulistas”.

Noções como pátria, nação, patriotismo e nacionalismo, ao mesmo tempo em que despertam fascinação, se confundem e se misturam no processo de afetação. Seus usos no jogo político são quase sempre calculados, manejados para autorizar ou desautorizar e, principalmente, arrecadar aprovações ou provocar ações. Embora fossem expressões

---

<sup>4</sup> As conquistas do movimento de 1930 são rememoradas em períodos diferentes pelos sujeitos do período como pode ser observado no primeiro semestre do Jornal *O Povo* de 1945.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

usadas no Estado Novo (LENHARO, 1986; VELLOSO, 2003; FURTADO, 2005,) elas seriam ressignificadas e realinhadas a projetos completamente distintos, principalmente no que se referiria a uma política de Estado em relação à economia. Assim, percebidas em seus sentidos históricos no que diz respeito ao manuseio pelos sujeitos sociais, elas assumiram uma volatilidade verbal tendo sido conjugadas de formas contraditórias, legitimando projetos de poder antagônicos.

Historiadores como Reinhart Koselleck (2012) e Fernando Catroga (2012) nos ajudam a compreender a trajetória semântica dessa noção tão presente nas relações sociais desse período. O primeiro nos explica que, além de ser uma palavra, patriotismo é um conceito do século XVIII, que possibilitou outros “ismos” como: “republicanismo, democratismo, liberalismo, socialismo, imperialismo, comunismo, nacionalismo, fascismo [...]” (KOSELLECK, 2012, p. 143). Ou seja, em nome da pátria e do patriotismo, atrelada à sua semântica, regimes políticos e sistemas econômicos completamente diferentes buscaram autoafirmação.

Nem sempre relacionada ao político, a pátria, palavra de origem grega, aludia, especialmente, à família, tribo, assim como “o patriota” denotava os conterrâneos e não os cidadãos. Em latim, estava associada a uma dimensão sacra da cidade natal (KOSELLECK, 2012, p. 144). Mas, isso não amenizava os afetos despertados pela mesma, haja vista os sujeitos sociais expressarem lealdades às suas ancestralidades através de culto aos mortos nas terras onde nasciam.

Conforme Fernando Catroga, a “terra dos pais”, expressão assim conhecida em Homero, mobilizava sentimentos de pertença, acionava janelas da memória, corporificando “moralmente, miticamente e misticamente” (CATROGA, p. 2012, p. 13) a ausente presença do pai, além de ser, “num jogo semântico”, interiorizada como a progenitora, que se constituía como um elo entre a população:

[...] “numa *frátria de compatriotas*, na qual os “irmãos”, [...] incitados a reconhecerem-se como “filhos da pátria” e, por conseguinte, a aceitarem, em nome da honra e do juramento, o cariz sacrificial do devotamento à “mãe comum de todos” (Cícero). (CATROGA, 2012, p. 13 - 14).

A demonstração de sacrifício pessoal em nome da pátria, requerida pelo ex-senador da Paraíba a Getúlio Vargas, apesar de estar em outro nível semântico, isto é, no

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

plano político, evocou também sentidos fraternos. Vale ressaltar que a nova semântica sobre a noção de pátria ocorreu em meio às aspirações modernas e revolucionárias, mas não se desligou de todo dos valores da antiguidade republicana, afinal, a Revolução Francesa incorporou o culto politizado e patriótico de seus mortos (KOSELLECK, 2012, p. 152 - 153).

Se a Modernidade inaugurou o patriotismo em seu sentido político, há de se refletir no conceito de patriota que, embora tivesse pretensões universais, possuía cunho elitista. O patriota, portanto, passaria a ser o cidadão, principalmente o “bom cidadão”, uma referência que mostraria as obrigações e os direitos tanto ao camponês como aos cidadãos, produzindo alterações na própria forma de conceber a pátria.

Américo, ao pontuar que, por “inspiração patriótica”, havia abdicado “em favor de um terceiro candidato”, encarnou “dois papéis”. De um lado, como o “bom cidadão”, convocou Vargas a lembrar que a pátria não era dele, mas sim que ela era a protagonista, o “sujeito da ação” (KOSELLECK, 2012, p. 145), e deveria ser percebida como tal. Por outro lado, se colocou como um possível governante verdadeiramente patriota, ou seja, como alguém que mesmo sem ter ocupado o cargo da presidência entendia que tal posição era inferior diante das necessidades que a pátria impunha.

Como patriota, o escritor reivindicava a elaboração de uma Constituição livre que expressasse “as vontades gerais”. A pátria deveria se traduzir como o próprio bem comum, que tinha na Constituição seu parâmetro, atribuindo ao governante a função de execução.

Ao examinar o movimento de “união nacional” foi possível perceber que a abertura democrática de 1945 se processou sob as égides da pátria e da ideia de continuísmo das conquistas trazidas pela dita “revolução de 1930”<sup>5</sup>, que teria se estagnado pelo golpe de Getúlio Vargas. No caso da entrevista de José Américo<sup>6</sup> fica mais clara a

---

<sup>5</sup> Isso pode ser verificado principalmente nas “falas” dos sujeitos que integrariam o partido da UDN, como também de estudantes paulistas que, ao publicarem a primeira edição de seu jornal clandestino *Resistência*, em abril de 1944, denunciavam o Estado Novo como “degenerescência de nossas instituições republicanas” e que o movimento de 1930 “foi uma reação contra essas velhas oligarquias políticas e que trouxe para o Brasil um período auspicioso de **vitalidade democrática** e **grandes conquistas sociais**, durante três ou quatro anos [...]. Jornal *Resistência*. São Paulo. Abril de 1944. Grifos meus. No que se refere a pátria, articulada como um lema, como já dito, pode ser percebido nas retóricas não só destes, mas de trabalhadores, comunistas e pessedistas.

<sup>6</sup> Não se pode esquecer que a entrevista é resultado das perguntas que são feitas, tendo, portanto, uma coautoria do entrevistador Carlos Lacerda.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

primeira daquelas. Toda a sua argumentação pontuava os motivos pelos quais Getúlio Vargas não era mais qualificado para ocupar o lugar presidencial, não sendo, portanto, indicado também para eleições próximas.

O discurso sinalizava Vargas como um traidor da pátria ao impor o Estado Novo. Era discursado como mais importante o bem da pátria e isso fica claro ao Américo afirmar que “qualquer cidadão capaz pode ser presidente da República – verdade elementar que íamos esquecendo” (ALMEIDA, 1945, p. 14). Era preciso lembrar que o poder estava na pátria e não no governante, salientando assim a pátria política, ultrapassando e superando a noção de Estado como mera máquina político-administrativa e institucional.

Mas estes não eram os únicos sentidos mobilizados no interior de grupos que professavam uma democratização sem Getúlio Vargas. E as disputas em torno de um conceito de democracia no interior deste heterogêneo grupo podem ser verificadas, antes mesmo de 1945.

### Tensões no interior da Carta aos Mineiros e o tópos do bem estar social

Vamos abrir espaço, em seguida, a publicação de um documento histórico – **O Manifesto Mineiro – possivelmente um dos mais influentes nos dias que antecederam a época atual.** O Manifesto Mineiro tem sua história e acarretou consequências, vinditas da ditadura, como veremos. Tendo o presidente, no discurso de 7 de setembro, aberto as perspectivas políticas para a discussão do problema da restauração constitucional, entenderam alguns políticos mineiros que era chegado o momento das oposições latentes, porem formes, sob o regime ditatorial, **de prestar sua colaboração patriótica e desinteressada.** [...] (JORNAL *O POVO*, 1945, grifos meus)

Em 1943, diversos segmentos da sociedade mineira assinaram uma Carta que ficou conhecida como “Manifesto Mineiro” em prol da abertura democrática e em repúdio a ditadura Varguista. Nela, eles sublinhavam o que entendiam sobre democracia e o que esperavam desta. Impedida de circular devido a censura, dois anos depois esta carta seria

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

retomada por aqueles que defendiam uma democratização sem Vargas como um grande marco da democracia.

Assim em 20 de março de 1945, o Manifesto Mineiro apareceu publicado na íntegra no jornal cearense *O Povo*. No periódico o documento foi descrito como um dos mais relevantes para a democratização, pelas consequências de sua publicação.

A invenção udenista de que o Manifesto Mineiro teria sido crucial em prol da abertura democrática foi reproduzida por alguns historiadores e cientistas políticos (FAUSTO, 1996; BRUM, 1988; SOUZA, 1980). Em contraposição a essa interpretação, Maria Victória Benevides (1981) pontuou sobre a importância da Carta aos mineiros para a História da UDN, destacando a falta de proposta clara desta para a derrubada do regime ditatorial. Assim, o Manifesto Mineiro, em grande medida, foi fabricado pelos partidários udenistas como um marco para a queda de Vargas e uma referência de luta rumo à democracia.

Não obstante, entendido, não só por Benevides, mas também por Ricardo Maranhão e Antônio Mendes de Almeida Júnior (1982) e Gilberto Grassi Calil (2001) como uma manifestação das “elites liberais e oligárquicas” sem proposta de grandes transformações, interessa-nos pensar quais concepções de democracia o documento evocara:

A base moral do fascismo assenta sobre a separação entre governantes e governados, ao passo que a **base moral e cristã da democracia** reside na mútua e confiante **aproximação dos filhos de uma mesma pátria**, na conseqüente **reciprocidade na prática alternada do poder**, e na **obediência por parte de todos, indistintamente** (MANIFESTO MINEIRO, 1943, grifos meus).

A articulação pragmática do discurso vinculou a democracia ao moralismo cristão como marco que a distinguiria inclusive do fascismo. À pátria, como a matriarca política, dever-se-ia a submissão. Nota-se que, desde 1943, existia a preocupação com a imprevisibilidade que a abertura política poderia causar. Havia um desejo de assegurar uma democracia subserviente e jamais subversiva. Queria-se derrubar o regime, mas não necessariamente renunciar a alguns de seus valores (por exemplo, a obediência) apesar de a ditadura ter sido construída como forma de degradação moral. Entretanto, a democracia não foi retratada somente na perspectiva moral:

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

[...] os povos ocidentais compreenderam [...] que fora da democracia não há salvação possível, para a paz e as liberdades que enobrecem e exaltam a espécie humana [...] o seu princípio vital é geralmente, **a virtude**, segundo a bela demonstração [...] e raramente lida do **Montesquieu**. [...] para que a democracia produza frutos, é necessário que o homem da rua e o das classes dirigentes possuam o mesmo apurado sentido **de bem comum** e a mesma ardente e **abnegada ambição de servir**. [...] a democracia por nós preconizada **não** é a mesma do tempo do **liberalismo burguês**. [...] preconizamos uma reforma democrática que, sem esquecer a liberdade espiritual, **cogite, principalmente, da democratização econômica** [...] Queremos algumas coisas **além** das franquias fundamentais, do **direito ao voto** e do **“habeas corpus”**, nossas aspirações fundam-se no estabelecimento de **garantias constitucionais, que se traduzam em efetiva segurança econômica e bem estar** para todos os brasileiros, não só das capitais, mas de todo território nacional. Queremos **espaço realmente aberto para os moços, oriundos de todos os horizontes sociais** [...] queremos liberdade de pensamento, sobretudo de pensamento político (MANIFESTO MINEIRO, 1943, grifos meus).

Por mais que tente desvencilhar sua noção de democracia do “liberalismo burguês”, a carta em sua integralidade dedicou mais argumentos à reivindicação do retorno aos direitos políticos e às liberdades, principalmente de pensamento e crítica, no espaço público. Também se aproximou da tradição Republicana Moderna (BOBBIO; MATEUCCI; PASQUINO, 1976, p. 323), mobilizando no discurso a democracia como antônimo de qualquer despotismo e defendendo a República democrática de Montesquieu, como eles mesmos deixaram claro.

Outrossim, nos chama atenção quando, em meio a estas concepções, os mineiros fizeram uma crítica às injustiças e desigualdades sociais reafirmadas, para eles, pela Revolução Francesa. Diante de tais colocações, podemos considerar que houve negociações no processo de elaboração da carta até o documento finalizado.

Percebem-se diferentes concepções de democracia expressas no documento, possivelmente fruto de tensões entre os envolvidos e das críticas que o sistema liberal vinha sofrendo desde o final da década de 1920. Ainda podemos cogitar se não foi uma tentativa ardilosa de dialogar com a retórica antiliberal do Estado Novo (VELLOSO, 2003, p. 154 - 155) para que o documento fosse publicado sem impedimentos. Havia uma preocupação em esclarecer que a ação empreendida era um “manifesto pela liberdade” e não um “documento subversivo”.

Proposta por Afonso Arinos de Melo Franco, a carta foi redigida por Virgílio de Melo Franco no Rio de Janeiro, com contribuição de Odilon Braga, entre outros. Seguiu para Belo Horizonte para que Pedro Aleixo e Milton Campos colaborassem. Por mais que

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

no próprio manifesto houvesse uma preocupação de afirmar que todos que ali assinavam não eram meros “indivíduos de orientação isolada, mas [...] movimentos de ação convergente” em nome da abertura política, tais acepções sobre democracia são indícios relevantes de uma disputa de possíveis projetos para o Brasil (MANIFESTO MINEIRO, 1943).

Os assinantes desta carta foram olhados pela historiografia (BENEVIDES, 1981; MARANHÃO e ALMEIDA JÚNIOR, 1982; CALIL, 2001) a partir da lógica do ressentimento em torno de Vargas<sup>7</sup>, o que é perfeitamente plausível, assim como pelo relevo de seus interesses que também saltam aos olhos no momento de uma leitura do documento. Não se discorda em si de tais interpretações, mas o que queremos chamar atenção é que esta lupa de análise propiciou uma homogeneização dos assinantes, retirando-lhes quaisquer divergências e tensões no que diz respeito à semântica e ao papel da democracia.

Maria Victória Benevides (1981) observou a contradição presente no próprio documento ao salientar que o Manifesto defendia a “instauração de um estado de bem-estar”, mas suas perguntas sobre a União Democrática Nacional orientaram seu olhar para minimizar tal questão, sobressaltando os interesses políticos dos quais não discordamos que houvessem.

O que se quer ressaltar é que não podemos reduzir a concepção de democracia encontrada no “documento dos mineiros” apenas à lógica de representação política, por mais que haja uma prevalência de argumentação a favor do que eles denominavam de “liberdade espiritual” e uma visível reivindicação pelo poder.

As concepções de democracia em cena no texto enunciam um conflito, embora administrado, que se expressa na contundente crítica a um regime democrático que, uma vez estabelecido, se omitisse em lidar com os problemas das desigualdades sociais. Se o

---

<sup>7</sup> Tendo como referências as assinaturas, foi possível perceber que todos os assinantes da carta aos mineiros tinham em comum a interrupção de suas carreiras pelo regime ditatorial. Professores e funcionários públicos que foram demitidos de seus cargos ou aposentados compulsoriamente devido ao Art.177 da Constituição Federal de 1937, contratados afastados de cargos de empresas privadas, ameaçados de exílio, como o político Alberto Deodato fez questão de destacar ao assinar o documento, promotores cujas promoções foram cassadas, entre outros. O perfil dos assinantes é elitista, mas não se tratou somente de assinatura de políticos. Benevides (1981) contabilizou 92 assinaturas no documento por ela analisado. No documento transcrito pelo Jornal *O Povo* – CE constavam apenas 74 assinaturas.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

uso foi “demagógico” ou não, se constitui uma questão inócua. O que se pode afirmar é que muitos dos signatários desse documento, anos depois, levantaram bandeiras autoritárias e elitistas. O que estamos salientando são os sentidos registrados de democracia na carta aos mineiros e que essa construção pode não ter sido tão harmoniosa como eles pretenderam transmitir. No documento é possível perceber uma crítica clara a uma democracia que se restringisse a lutar somente por direitos políticos (direito ao voto) e civis (*habeas corpus*) e desconsiderasse os direitos sociais.

A noção de um estado de bem estar social (*welfare*) foi importante na formulação e disputas que envolviam o conceito de democracia. Ela esteve presente em 1943 e também durante toda a abertura política e os anos que se seguiram.

Os segmentos partidários da UDN cearense construíram a democracia como sinônimo de eleição e de voto secreto, defenderam as liberdades, o sufrágio universal direto, a representação proporcional e a justiça eleitoral, inspirados no Código Eleitoral de 1932<sup>8</sup>. Os situacionistas locais também levantavam a bandeira do voto secreto e das liberdades, ressaltando que entendiam a democracia como uma “forma simples de governo em que preponderam as classes populares pelo exercício do voto”. Contudo, ressaltavam que Vargas garantiria o processo democrático e, caso fosse reeleito, efetivaria uma “democracia social, popular, econômica e cristã”<sup>9</sup>.

Inicialmente, a atenção para a “questão social” na formulação de um conceito de democracia parece ser o grande diferenciador das duas proposições para o novo regime. Apesar de os democratas partidários privilegiarem uma concepção institucionalista de democracia, os coletivos sociais (estudantes universitários e trabalhadores de diferentes segmentos) buscavam definições mais amplas do termo.

Foi na noite pomposa do dia 10 de março, ocorrida no Excelsior – Hotel<sup>10</sup>, que o estudante Aluizio Bonavides defendeu uma concepção de democracia que combatesse “a fome, ao pauperismo e ao analfabetismo”<sup>11</sup>. A ocasião era a ceia dos estudantes universitários do Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua da Faculdade de Direito do Ceará. A defesa de uma democracia combativa, que não ignorasse os problemas sociais é um

---

<sup>8</sup> SARASATE, Paulo. **Eleição sinônimo de Liberdade**. [Comentário do Dia]. *Jornal O Povo*, Fortaleza, s/p, 22 fev. 1945.

<sup>9</sup> CAVALCANTI, Heitor. **Política Nacional**. *Jornal Gazetas de Notícias*, Fortaleza, p. 3, 15 mar. 1945.

<sup>10</sup> Se localizava na Praça do Ferreira, em Fortaleza.

<sup>11</sup> *Jornal O Povo*, Fortaleza, s/p, 14 mar. 1945.

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

vestígio de que as definições e expectativas da institucionalização da democracia como regime, iam muito além da lógica “minimalista” representacional.

A democracia se configurou, portanto, como uma disputa que oscilava entre o arranjo liberal de Estado de bem-estar social e o modelo que frisava nas liberdades restringindo-se à eleição e ao voto.

## **Referências Bibliográficas**

BENEVIDES, Maria Vitória. *A UDN e o udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.) **Dicionário de política**. 11.ed. Brasília: Editora UnB, 2007, vol. 1.

BRUM, Argemiro. **Democracia e Partidos Políticos no Brasil**. IJUÍ.: UNIJUÍ, 1988.

CALIL, Gilberto Grassi. Reflexões sobre a historiografia da redemocratização brasileira de 1945. **Tempos Históricos**. M. C. Rondon v.03 n°01 p. 91-120 Ago/2001.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CATROGA, Fernando. *Pátria e Nação*. Disponível em:  
<http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/P%C3%A1tria-e-Na%C3%A7%C3%A3o-Fernando-Catoga.pdf>. Acesso em: 13 maio 2020.

CHAVES, C. Democracia(s)? Algumas considerações sobre abertura política de 1945 na (entre)vista de José Américo e no Manifesto Mineiro. **Sæculum – Revista de História**, [S. l.], v. 25, n. 43, p. 311–324, 2020.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n.35, dez. 2007, p. 253-270.

FAUSTO, Boris. **Revolução de 30: história e historiografia**. São Paulo: Brasiliense, 1979 (1. ed.1970).

\_\_\_\_\_. **História do Brasil**. 4ª edição. São Paulo: Edusp, 1996.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, L. A. N. (org.) **O Brasil republicano: O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FURTADO FILHO, João Ernani. Modernismo Café-com-Leite: Intelectuais, Arte e Política, 1922–1945. In: *Revista Trajetos*. vol. 3, n.6. Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2005, p.85-100.

KOSELLECK, Reinhart. *Histórias de conceitos: estudos sobre semântica y pragmática del lenguaje político y social*. Tradução de Luis Fernández Torres. Madrid: Editorial Trotta, 2012. 317 p. (Ciencias Sociales).

\_\_\_\_\_. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

LENHARO, Alcir. **A sacralização da política**. Campinas, SP: Papyrus, 1986.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

MARANHÃO, Ricardo; ALMEIDA Jr, Antônio Mendes (org.) **A era Vargas**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)**. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO; Lucília de Almeida Neves (org.) *O Brasil Republicano: O Tempo do Nacional-Estatismo da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 145-179.